



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Rua Eptácio Pessoa, 2575 Jd Alvorada CEP: 14160-000

comudstz@gmail.com – (16) 3945-3610

ATA Nº. 02/2021 – REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Aos onze de maio de dois mil e vinte e um, reuniram-se na Casa dos Conselhos “Antônio de Castro”, sito à Rua Eptácio Pessoa, nº. 2575, às nove horas, para reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD), os conselheiros Patrícia Terezinha Dândaro, Edelmiro Alfonso Fernandez Filho, Carlos Jean Rodrigues Lopes, Patrícia Aparecida Alves Dias, Leandro Américo Aprile, Hurzana de Mello, Alessandra Peticarrari Soares, Elaine Canevarollo, Maria Eduarda Alves da Silva, Wagner Damião Cabral de Oliveira e Luís Carlos Alves Agranito Junior. Após saudação aos presentes, o presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior declarou a abertura da reunião e pediu que os presentes se apresentassem. Na sequência, solicitou que o primeiro secretário Leandro realizasse a leitura da pauta. Dando início à discussão do primeiro assunto do dia, Luís Carlos Alves Agranito Júnior realizou a leitura de parte do regimento interno do Conselho, no tocante às atribuições do Comitê REMUD. Após breve explanação, questionou os presentes sobre quem teria disponibilidade para compô-lo. A secretária executiva do Conselho, Lia de Souza, que acompanhava como expectadora a reunião, explanou sobre as divisões de responsabilidade do Conselho, no intuito de não afugentar eventuais interessados na participação em tal Comitê. Ante a não manifestação dos presentes, o presidente optou por dar mais tempo para a reflexão e avançar para o segundo assunto do dia. Debateu-se então a necessidade de criação, entre os conselheiros, de uma Comissão fiscalizadora para acompanhamento das comunidades terapêuticas subvencionadas com recursos municipais. O conselheiro Jean manifestou interesse em compor a referida comissão, juntamente com sua suplente Patrícia, e questionou sobre datas e horários das reuniões dessa comissão, alegando que, muitas vezes, conselheiros interessados numa participação mais ativa nos conselhos municipais não conseguem fazer por residirem em outros municípios e terem dificuldades para se locomoverem em horários extra expediente. Nesse sentido, Jean argumentou também sobre eventual disponibilidade de veículos oficiais para realização das futuras visitas da Comissão fiscalizadora. O presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior destacou que todas as reuniões do conselho, incluso encontros de comissões especiais, acontecerão em horário de trabalho. Em assim sendo, Jean e Patrícia autorizaram serem integrantes da mesma. Partiu-se, então, para a discussão do terceiro assunto dia, que versou sobre a intenção municipal para realização do “1º Levantamento sobre Abusos de Drogas no Município”. O presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior contextualizou a intenção do poder público local em contar com um levantamento nesse sentido para conhecer as peculiaridades de cada bairro da cidade, lembrando grave incidente ocorrido no início do ano no bairro “Vila Áurea”, no qual houvera tiroteio, confusão entre os moradores e dificuldades da polícia em realizar a apreensão de uma moradora pega com entorpecentes. O presidente destacou ter já contatado a empresa “Eureka Educando”, coordenada pelo psicólogo Pablo Kurlander, mestre e doutor em Saúde Pública, e que esta estaria apta para realizar tal trabalho técnico, destacando quais seriam as etapas e previsão de duração do citado levantamento. O presidente ressaltou também que neste mesmo ano acontecerá o Levantamento Nacional (LENAD) e que Sertãozinho ganhará projeção nacional se conseguir concluir este levantamento em tempo hábil. Para a consecução deste objetivo, o presidente Luís Carlos apontou a existência de três possibilidades, a saber: Fundo Nacional Antidrogas, Orçamento Municipal e emendas parlamentares. Destacou que para esta última, o ideal será pleitear em 2022, ano eleitoral. A secretária executiva Lia de Souza, perguntou ao presidente Luís Carlos se já haveria algum município que teria tido o levantamento concluído pela mesma empresa, a fim de buscar informações sobre a qualidade do serviço e resultados alcançados. O presidente então respondeu dizendo ter informações de que um município do Estado do Paraná estaria com o processo de realização do levantamento em andamento e que, tão logo, esse trabalho seja concluído, entraria em contato para buscar informações. Emendou-se à discussão, a realização do III Congresso Municipal sobre Política Antidrogas, com previsão de acontecer entre os dias 25 e 27 de novembro. O presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior disse aos presentes já ter



coletado orçamentos para eventual aluguel de Centro de Convenções da Copercana, bem como de palestrantes renomados e aparelhagem de som, filmagem e transmissão do evento, fazendo repassar entre os presentes os impressos com os valores já levantados. Disse ainda que, em razão da pandemia e da previsão de público, o Teatro Municipal – utilizado para as duas últimas edições do evento, em 2018 e 2019 – não seria adequado para a edição deste ano. O primeiro secretário Leandro perguntou ao presidente sobre quanto teria sido o custo final do evento em ambos os anos, tendo obtido como resposta algo próximo de R\$ 32.000 (trinta e dois mil reais) cada ano. O presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior ressaltou que, a exemplo de 2019, busca patrocínio junto a empresas locais e que estes, tendem a serem empregados para a parte de divulgação do evento, como banner's, outdoor's, entre outros. Alessandra Peticarrari Soares sugeriu que seja feita uma convocação aos professores da rede estadual de ensino, haja a vista que a ideia de troca de ATPC pelo evento não seria oportuna, em razão da quantidade de horas empregadas e dificuldades de liberação de todos os professores ao mesmo tempo. Teve início a discussão do último assunto do dia, afeto a Comunidade Mara Menezes. O presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior relatou aos presentes ter conhecimento, via denúncias de terceiros e funcionária da própria comunidade, da existência de irregularidades no local. Estas envolveriam ausência de plano de trabalho e certificação/habilitação como comunidade terapêutica, problemas com recursos humanos, entre outros, além de maus tratos, medicação indevida e abuso psicológico e sexual das acolhidas por parte do coordenador do espaço, de nome Marcelo. Segundo relatado, o Sr. Marcelo teria tido, inclusive, uma filha com uma das acolhidas e manteria residência no local – o que contrariaria a legislação afeta às comunidades terapêuticas. O presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior relatou ainda que, desde o início de 2018, durante sua primeira gestão à frente do COMUD, teria dado chances para que o Sr. Marcelo se reorganizasse, sem sucesso até então. A conselheira Patrícia Terezinha Dândaro explanou sobre a gravidade de medicação indevida e prescrição inadequada, bem como o recebimento no local de internas sem recomendação médica para a frequência em uma comunidade terapêutica. A conselheira Elaine Canevarollo disse que possuía muitas roupas, advindas de doações, para repasse às acolhidas pela Comunidade Mara Menezes, o que foi desaconselhada pelo presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior, sob risco do Sr. Marcelo vendê-las às interessadas, como também já ouvira dizer que acontece no local. Combinou-se, então, que representantes do COMUD fariam uma visita técnica de fiscalização ao local a fim de notificar o Sr. Marcelo e orientá-lo formalmente sobre os aspectos que deverá regularizar. Definiu-se que não havendo melhorias nessa conduta, o COMUD irá acionar o Ministério Público e o Ministério do Trabalho. Retomadas as discussões para composição do REMUD, ficou definido a participação do presidente Luís Carlos Alves Agranito Júnior e dos conselheiros Carlos Jean Rodrigues Lopes, Patrícia Aparecida Alves Dias e Hurzana de Mello. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou a reunião encerrada e eu, Leandro Américo Aprile, lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os presentes em livro próprio de presença deste Conselho.